

Ata da 133ª Sessão Ordinária da 17ª Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 02 (dois) dias, do mês de maio, do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 20:00 horas, em sede própria, reuniram-se os Vereadores e a Vereadora desta Casa de Leis para mais uma Sessão Ordinária, sob a responsabilidade do Vereador Miguel Moreira da Silva – Presidente eleito, secretariado pelo também Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto (Kiko) – 1º Secretário da Mesa. Observadas as exigências regimentais, constatou-se “quórum” suficiente, momento em que o Sr. Presidente pronunciou a seguinte frase: - Sob a proteção de Deus e em nome do povo barra-garcense, declaro aberto os trabalhos. Após a execução de um trecho Bíblico e do Hino de Barra do Garças, mostrando imagens da cidade, o Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes nesta noite. Assim, passou a palavra ao 1º Secretário para leitura das correspondências recebidas e expedidas. O mesmo cumprimentou a todos e iniciou lendo os ofícios expedidos. Ofício nº 463/16-indicações ao Prefeito Municipal Sr. Roberto Ângelo de Farias; Ofício nº 464/16-indicações ao Secretário Municipal de Obras Sr. César Natal Magrini; Ofício nº 465/16-indicação ao Secretário Municipal de Saúde Sr. George Câmara Maia; Ofício nº 466/16-indicação ao Secretário Municipal de Urbanismo Sr. Lúcio Junqueira; Ofício nº 467/16-indicação a Secretária Municipal de Administração Sra. Daiana Gabriela de Souza Almeida; Ofício nº 468/16-indicação ao Coordenador Municipal de Trânsito Sr. Valdecy Francisco da Silva; Ofício nº 469/16-indicações ao Coordenador Municipal de Obras Sr. Jairo Marques; Ofício nº 470/16-indicação ao Coordenador Municipal de Vigilância Sanitária Sr. Jeová Ferreira da Silva; Ofício nº 471/16-requerimento ao Prefeito Municipal Sr. Roberto Ângelo de Farias; Ofício nº 060/16-encaminha expediente ao Sr. Ronaldo de Almeida Couto (convocação para ocupar o cargo de Vereador); Ofício nº 061/16-encaminha expediente a empresa Energisa (solicita complementação de rede de energia elétrica na rua Santo Onofre); Ofício nº 062/16-encaminha matérias aprovadas ao Poder Executivo (Decreto nº 3.750/16 e Projeto de Lei nº 016/16); Ofício nº 063/16-encaminha expediente ao Prefeito Municipal Sr. Roberto Ângelo de Farias (solicita sanção de Projetos de Lei). Correspondências Recebidas Ano 2016. **Comunicados** de repasses ao município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nº.: CM032347/2016 e CM032348/2016. Carta nº 0621600891/2016/DCMD/ENERGISA, de 25/04/16, da empresa Energisa ao Vereador Sr. Miguel Moreira da Silva, resposta a Indicação nº 127/2016; Ofício nº 510/2016/GS/SINFRA, do dia 20/04/16, da Chefe de





2

Gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística-SINFRA ao Presidente da Câmara Municipal Sr. Miguel Moreira da Silva, resposta ao Requerimento nº 023/2016 com a Nota Técnica nº 076/2016 em anexo; Ofício nº 017/VISA/2016, de 29/04/16, do Coordenador de Vigilância Sanitária Sr. Jeová Ferreira da Silva ao Vereador Weliton Andrade da Silva, resposta a Indicação nº 212/16 com cópia da notificação nº 003082 em anexo; Ofício nº 151/2016, de 28/04/16, do Secretário-Chefe de Gabinete Sr. José Jacó Sobrinho Filho ao Presidente Sr. Miguel Moreira da Silva, resposta ao Requerimento nº 029/16; Ato de Requisição de Documentos nº 56/2016, de 26/04/16, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Frigoríficos Deputado Estadual Sr. Ondanir Bortolini à Câmara Municipal; Ofício nº 151/SMS/GB/BG/2016 de 25/04/16, do Secretário Municipal de Saúde Sr. George Câmara Maia ao Presidente da Câmara Municipal, enviando informações pertinentes a Indicação nº 180/16, junto ao Memo. nº 312/DG/HPSMPM/2016; Decreto nº 946/93, de 1º de outubro de 1993; Ofício Circular/Aud. Trib./nº 00011/2016, de 26/04/16, do Chefe do Setor de Fiscalização Sr. Lindomar Campos Rodrigues ao Sr. Miguel Moreira da Silva, sobre retenção em fonte de microempreendedor individual; Convite para Audiência Pública, no dia 28/04/16, das 19:30h as 20:30h, a todos os vereadores de Barra do Garças; Ofício nº 061/SMC 2016, de 27/04/16, da Secretária de Cultura Sra. Mônica Porto ao Vereador Miguel Moreira da Silva, agradecimento pela aprovação do Plano Decenal de Cultura. Cartas Expedidas. Ofício nº 001/2016/GVM, de 27/04/16, do Vereador Weliton Andrade da Silva à empresa Cemat (solicita mudanças de postes); Ofício nº 002/2016/GVM, de 29/04/16, do Vereador Weliton Andrade da Silva ao Secretário Municipal de Saúde Sr. George Câmara Maia (solicita serviços de reparos em eletrodomésticos de UBS); Ofício nº 003/2016/GVM, de 02/05/16, do Vereador Weliton Andrade da Silva ao Secretário Municipal de Educação Sr. Albérico Rocha Lima (solicita cessão de um ônibus); Cartas aos funcionários e vereadores dessa Casa de Leis, de 29/04/16 (parabenizando-os pelo transcurso de sua data natalícia) sendo eles: Wesley A. Soares, José Roosevelt dos Santos, Dr. João Rodrigues de Souza, Weliton Andrade da Silva e José Maria A. Filho; Carta do dia 29/04/16, do Vereador Miguel Moreira da Silva ao Sr. Prefeito Municipal Roberto Farias (solicita atendimento das Indicações nº 009/16 e 148/16); Carta do dia 25/04/16, do Vereador Weliton Andrade da Silva ao Secretário de Saúde Sr. George C. Maia (solicita informações mais claras nas receitas de medicamentos dos médicos nas unidade básicas de saúde); Carta do dia 25/04/16, do Vereador Weliton Andrade da Silva à empresa LOC Service



(solicita informações sobre a coleta de lixo regular); Carta do dia 20/04/16, do Presidente Miguel Moreira da Silva a Vereadora Maria José de Carvalho (convite para palestra sobre Leishmaniose dia 25/04/16, às 19:30h); Carta do dia 22/04/16, do Vereador Valdei Leite Guimarães ao Exmº. Sr. Dr. Marcos Brant Gambier Costa (solicita resolução de problemas para os moradores do bairro Jardim Piracema e outros). Plenário emprestado. Solicitação do espaço no Anexo II dessa Casa de Leis, no dia 29/04, das 19h às 20h, para realização de uma reunião com o Deputado Estadual Pery Taborelli, feito pelo Presidente Regional e Municipal do Partido Verde. Correspondências Recebidas da Prefeitura Municipal de Barra do Garças. Lei nº 3.725 de 19 de abril de 2016, de autoria dos Vereadores Miguel Moreira da Silva-PSD e Paulo Sérgio da Silva-PP que, "Altera o § 1º, da Lei Municipal nº 3.618, de 15 de abril de 2015"; Lei nº 3.726 de 19 de abril de 2016, de autoria do Vereador João Rodrigues de Souza-PSB que, "Declara de Utilidade Pública Municipal a entidade que menciona". (Conselho da Comunidade de Barra do Garças); Lei nº 3.727 de 26 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal que, "Autoriza o Executivo Municipal a permutar a área que menciona". (Permuta que visa a abertura de via pública para o prolongamento da Avenida Brasil no Loteamento Jardim Nova Barra, interligando o mesmo ao Jardim Ouro Fino); Decreto nº 3.753 de 29 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal que, "Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 3.365/15". (Regulamenta o sorteio dos prêmios do Programa Nota Fiscal Premiada, edição 2015 e 2016); Decreto nº 3.754 de 29 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal que, "Dispõe sobre o recebimento de imóvel em doação, e dá outras providências". (O Município receberá em doação da Administrabem Participações LTDA uma área situada no lugar denominado Residencial Jardim Toledo); Lei Complementar nº 184 de 19 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal que, "Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências". (Acrescenta-se ao quadro pessoal da Secretaria Municipal de Finanças cargos de provimento em comissão altera os anexos I e III); Lei Complementar nº 185 de 19 de abril de 2016, de autoria do Vereador Paulo César Raye de Aguiar-PROS que, "Altera a Lei Complementar nº 077, de 16 de dezembro de 2003, que Institui o Código Sanitário do Município de Barra do Garças". (Todos os produtos alimentícios, de qualquer natureza, perecível ou não, produzidos neste município deverão ser embalados com rotulagem nutricional); Lei Complementar nº 186 de 19 de abril de 2016, de autoria do



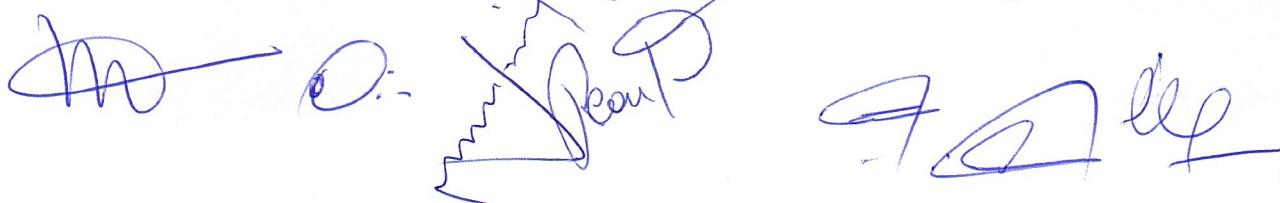
4

Vereador Valdemir Benedito Barbosa-PSD que, "Altera a Lei Complementar nº 127, de 28 de abril de 2010, que Dispõe sobre o Código de Postura de Barra do Garças". (As casas noturnas ficam obrigadas a instalar equipamento de gravação fotográfica de documento, a fim de identificar os frequentadores); Decreto nº 3.752 de 27 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal que, "Dispõe sobre permissão para transporte de passageiros-táxi, para condutor autônomo a quem menciona". (Fica autorizada a permissão ao Sr. Vidal Gomes de Alencar para condução de táxi no ponto nº 09). Terminada a leitura das correspondências recebidas e expedidas, as mesmas permanecerão em arquivo à disposição dos nobres Vereadores. No Grande Expediente, o Sr. Presidente Miguel Moreira da Silva convida o Vereador Valdemir Benedito Barbosa que diz. Boa noite a todos os presentes nessa Sessão. Na semana passada, falamos sobre um assunto que é relevante a toda população barragarcense relacionado a taxa dos serviços de esgoto, a qual, está sendo cobrada dos munícipes. Foi sugerida a ideia de nomear uma comissão para estudar a possibilidade da quebra do contrato ou concessão sobre os serviços de esgoto. Hoje, propomos outro assunto porque vários colegas querem debater e discutir os problemas de Barra do Garças e precisamos fazer isso. Eu, principalmente relacionado a segurança, tenho interesse em estar conversando com os colegas vereadores e com a população a respeito dos mendigos e pedintes que estão no Porto do Baé. O povo não aguenta mais chegar ali para lancha no Subway e ser hostilizado pelos pedintes. Eles, se não der um dinheiro ameaçam de riscar seu carro ou furar o pneu do seu veículo e tenho certeza que o nosso prefeito irá resolver essa situação, mas nós vereadores não podemos nos esquecer de cobrá-lo. Soube nessa semana que a Casa de Passagem parece que irá voltar a funcionar porque estava paralisada. Trago também aos meus colegas uma informação sobre três professoras que pediram que eu fizesse uma indicação para voltar o coeficiente da graduação, da especialização e do mestrado, principalmente. Não quis fazer uma indicação coletiva porque percebi que vários colegas não tiveram interesse em estar providenciando essa indicação, então a apresento nessa noite assinada somente pelo Comandante Barbosa. Quem quiser fazer parte dessa indicação fique a vontade. Naquela proposta de mudança que o Vereador Kiko já explicou aqui várias vezes, quem possui graduação de 1,25 passará a 1,50; especialização de 1,50 para 1,75; e mestrado de 2,10 para 2,25. Em seguida, o Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto faz uso da palavra. "Eu recebi a resposta de um requerimento hoje, que muito me estranha, se vocês perceberam li vários projetos recentes que foram sancionados



5

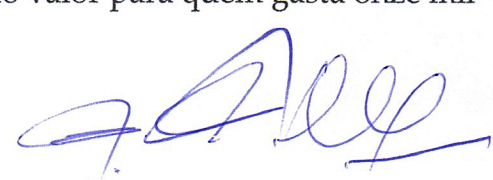
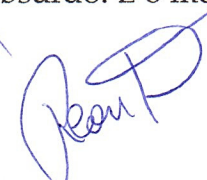
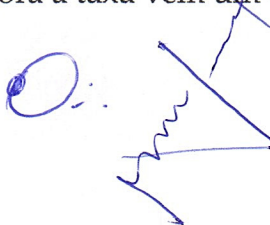
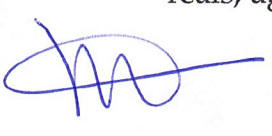
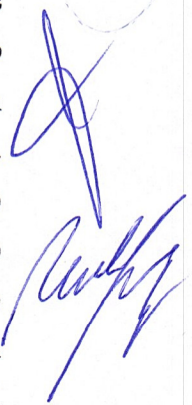
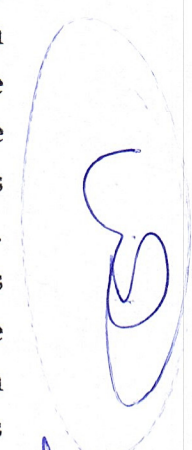
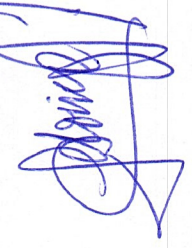

pelo Prefeito. Eu possuo projetos para serem sancionados desde 2014 e tem vários recentes que foram encaminhados e por incrível que pareça inclusive, o rapaz que é o Chefe de Gabinete foi meu aluno na universidade, me envia um requerimento dizendo que é a Câmara que tem que enviar quais seriam esses projetos. Me desculpe, mas isso é uma falta de respeito sem qualquer precedentes, pois já possuem essa informação, a Câmara envia correspondência para lá toda semana, por exemplo, essa Casa aprovou um projeto do Vereador Dr. Paulo Raye semana passada e já foi sancionado. É uma falta de respeito muito grande. Se não querem sancionar, tudo bem, mas deem uma resposta mais adequada. Os projetos estão lá e acredito, que sejam doze ou treze aproximadamente, feitos nesse período. Me desculpe, mas se quiserem retirar dos anais. Com todo o respeito ao Chefe de Gabinete, o conheço, foi meu aluno, mas isso para mim é palhaçada. Uma brincadeira de muito mal gosto. Segundo assunto que me traz a Tribuna é em relação a feira. Hoje, recebi um abaixo assinado com mais de oitenta assinaturas dos feirantes falando sobre a feira, dizendo que não querem lá um representante que não pertença ao grupo deles e volto a frisar o que eu disse na semana próxima passada. Não há que criar cargo até porque a Lei Complementar nº 127 de 28 de abril de 2010, no seu Art. 126 já existe o cargo, tendo em vista que o Art. 176 do Código de Postura que também diz o seguinte: Será criada a administração específica para a Feira Livre, devendo ser instalada com estrutura própria que será localizada no recinto da feira coberta e vinculada diretamente a Secretaria de Desenvolvimento Rural, § 1º, será composta por um administrador geral, um agente administrativo, dois auxiliares de serviços gerais, dois vigilantes, um fiscal de postura e um fiscal sanitário. Lembro que na semana passada deu uma confusão monstruosa. O que eu disse nessa Tribuna é que não votaria nenhum projeto autorizando contratação e a discussão aqui foi bem outra, então reafirmo o que eu falei na semana próxima passada que não votarei em projetos de contratação. Até porque se a Secretaria de Desenvolvimento Rural possui os funcionários, ela pode indicar as pessoas para atuarem diretamente na feira. Não precisa contratar alguém de fora". Nesse momento, o Sr. Vereador Paulo César Raye de Aguiar pergunta ao Vereador Kiko, se nesses cargos que citou teria fiscal da feira. Ele imediatamente, responde que são os mesmos cargos supracitados anteriormente. Terminando a minha fala, o terceiro e último ponto que quero referendar, evidentemente tem haver com o momento político, com as dificuldades que estamos enfrentando e ainda tudo indica que agora dia onze de maio, teremos um novo governo no Brasil. Lembro que estou em uma





6

situação muito difícil e que quem vai assumir não teve votos, não representa o que se faz nesse país, pois quem está julgando a Presidente é réu, possui vários processos. A Presidente da República por mais que falem não tem um processo contra ela sequer, também não é réu em nenhuma ação. É no mínimo uma situação as avessas e que faz o mundo se perguntar qual é realmente, a situação do país. Eu sei que a derrota já está posta, existe cento e oitenta dias pela frente para a defesa, contudo é, no mínimo revoltante um acontecimento como esse, haja vista que ela não é ré, não tem processo e portanto, deveria ser julgada por quem estivesse na mesma condição e na lisura satisfatória para tal julgamento. Continuando, o Sr. Presidente concede a palavra ao nobre colega o Vereador José Maria Alves Filho. "Boa noite a todos! O que me traz essa Tribuna nessa noite são dois assuntos relevantes. Destaco a presença dos feirantes que estão aqui reivindicando dias melhores para a tão sonhada Feira de Barra do Garças. No apagar das luzes espero que a Administração Pública, realmente faça valer o voto que lhe foi confiada há três anos e meio. Tenho um abaixo assinado em minhas mãos e todos os nobres colegas receberam, no qual, solicitam acompanhamento aos acontecimentos na Feira de Barra do Garças, ou seja, a nomeação de um coordenador para o local que seja vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Rural, o que já foi bem explanado pelo Vereador Kiko. E que essa pessoa tenha o conhecimento da feira sobre as dificuldades, as deficiências e a organização. A situação dessa feira de nossa cidade se encontra precária a muitos anos, autorizou-se várias empresas para realizar aquele trabalho de reforma, de repente apareceu uma empreiteira. No entanto, ao passar de frente a feira não se vê ninguém trabalhando na obra. Colocaram alguns tijolos lá, mas observa-se que ao passar em frente de manhã ou a tarde não tem ninguém. Realmente, está complicado. Fico triste por saber que o povo de Barra do Garças é tratado dessa forma. Todos sabem que há a preferência pela feira da cidade de Aragarças porque a de Barra do Garças está sendo mais uma vez deixada para trás. Soube que foram citados alguns nomes para o cargo e afirmo que devemos respeitá-los, pois são feirantes da cidade há trinta anos, inclusive o Sr. Barrufão permanece na feira há quarenta anos e então o que eles pedem é que coloquem alguém do grupo deles e saiba de suas deficiências. Estou ao lado dos feirantes, não porque eles estão presentes e nem estou fazendo política. Apenas acho justo e direito, os mesmos reivindicarem alguém que conhecem suas dificuldades no local. Outro assunto é sobre as Águas de Barra do Garças que foi citado pelo Comandante Barbosa. Na minha conta de água eu pagava de trinta a quarenta reais, agora a taxa vem um absurdo. É o mesmo valor para quem gasta onze mil





litros e quem gasta dezenove mil litros de água. Isso é uma falta de respeito com o povo e mais, a taxa de esgoto chegará ao final desse ano a oitenta e cinco por cento. Mês passado, recebemos o comunicado das Águas de Barra do Garças que nesse mês será de sessenta por cento a taxa de esgoto e nós ficamos apenas aqui, toda segunda-feira recebendo e aprovando projetos e esquecemos de lutar para que as águas de Barra do Garças volte para o município. Algo que foi uma proposta do Prefeito atual. Na atual conjuntura que o país vive, nós não podemos aceitar em hipótese alguma, permitir o que essa empresa está fazendo em Barra do Garças. Eu pagava em minha conta de vinte a trinta reais e passei a pagar de oitenta a cento e cinquenta reais e hoje ela chega ao valor de trezentos reais. Fiz um requerimento para que não cobrassem a taxa de religação, não adiantou nada, continuam cobrando. Estão brincando conosco. Quem manda no município é o Poder Executivo, não é o povo e quem tem que obedecer ao povo somos nós, levando a sério a questão desse contrato. Devemos chamar a atenção de nosso prefeito para realizarmos uma reunião, se possível, uma audiência pública para que essa empresa Águas de Barra do Garças volte para o município e possamos, no mínimo modificar alguma cláusula desse contrato".

Continuando o Vereador Dr. Paulo Raye se declara. "Boa noite a todos e queria dizer ao Vereador José Maria que o contrato feito com a empresa Águas de Barra do Garças é muito difícil ser interrompido, pois é uma concessão com duração de trinta anos. Em algumas palavras que você disse estou de acordo, já em outros pontos eu discordo. Acho que você gritar que as coisas estão erradas é válido, mas romper esse contrato será muito difícil. Queria falar também sobre o que estou observando nas duas Unidades de Saúde onde trabalho. Hoje, a Policlínica Santo Antônio está muito sobrecarregada, pois é um dos pontos de maior atendimento da cidade depois do Pronto Socorro. Essa sobrecarga de atendimento gera alguns problemas. Primeiro, um deles é a questão estrutural, irei solicitar ao prefeito para que se possa ampliar algumas salas para todos os médicos atenderem no mesmo período, inclusive para vocês terem uma ideia, eu atendia na parte da manhã. Mas, está um tumulto tão grande nesse período do dia que fui obrigado a sair e ir para o turno da tarde porque o número de pessoas para serem atendidas era enorme e não tinha consultório. Eu, as vezes, chegava lá e tinha que ficar esperando um colega terminar de atender para eu atender, por isso fui transferido para a parte da tarde. Então, espero que possamos sensibilizar o prefeito para que ele amplie algumas salas lá da Policlínica Santo Antônio para que aquela comunidade possa ser atendida com maior comodidade porque são pessoas humildes, carentes e merecem esse tipo



de atendimento. Penso que a Policlínica deveria ser visitada, de vez em quando, pois é um grande número de atendimento. As pessoas carentes se reúnem na Policlínica, o que muitos não conseguem no Pronto Socorro, vão para lá. Amanhã é dia de pequenas cirurgias, vocês estão convidados a irem lá, a partir das 14h, para verem a imensidão de pequenas cirurgias que nós temos para realizar porque se for marcar uma pequena cirurgia agora na Policlínica Santo Antônio irá esperar uns dois ou três meses e ainda porque se faz de doze a catorze pequenas cirurgias por dia. Isso, deixando fora a Policlínica São José que o dia de microcirurgias é na quarta-feira". No mesmo instante, o Sr. Presidente convida o Vereador Ronaldo Couto para fazer uso da palavra, o qual, diz. Cumprimento a todos, inclusive os feirantes de Barra do Garças aqui presentes. Inicio a minha fala na questão do Pronto Socorro, na semana passada tivemos um momento histórico, pois a UTI voltou a funcionar com dez leitos e todos se recordam que quando o Prefeito Roberto assumiu a Prefeitura aquele estabelecimento de saúde estava em maior dificuldade, com tudo quebrado, a UTI desativada e fazia-se o básico, ou seja, aplicava-se uma injeção e encaminhava para a cidade de Cuiabá. Não tinha mais o que fazer e com muita dificuldade o Prefeito Roberto conseguiu melhorar a saúde. Estão dez leitos funcionando e quem assistiu o noticiário hoje, ouviu falar que em Cuiabá tem 103 leitos fechados na UTI. E os de Barra do Garças estão todos disponíveis e funcionando. Temos que ressaltar que isso é trabalho do Prefeito Roberto, dessa Casa de Leis, dos nobres "edis" que aqui estão e o apoio também, do Governador do Estado Sr. Pedro Taques, do Secretário de Saúde Dr. Eduardo Bermudez e a Sra. Salete. Isso é muito importante para Barra do Garças. Sobre a questão da feira, é um assunto que requer carinho especial dos vereadores, se irá ter ou não coordenação na feira, mas gostaria apenas de fazer uma ressalva. As melhorias que foram feitas na feira de nossa cidade, os senhores feirantes sejam justos em dizer que foi o Prefeito Roberto, pois na administração passada a feira foi abandonada. Não falo por maldade, mas é uma verdade. Na feira em Barra do Garças, tinha o banheiro naquela situação e ainda houve um atraso na obra em função da licitação, todavia a obra dos boxes está em andamento para voltar a funcionar. Foi uma situação, Sr. Barrufão que não foi culpa da Administração, foi o Ministério Público que criou essa dificuldade e que agora está sendo sanada. Nessa ressalva sobre a feira, digo que estamos aqui para somar nessa situação e para que você Sr. Barrufão e outros da feira de nossa cidade possam trabalhar. Outro assunto que eu queria enfatizar que é importante para Barra do Garças é a questão das habitações e gostaria de contar com o



9

apoio dessa Câmara Municipal e do Sr. Prefeito sobre os três conjuntos que estão com as obras em dificuldades porque os recursos do Governo Federal não estão sendo repassados para as empreiteiras. Esses conjuntos são as 1.400 casas que estão andamento. No primeiro e no segundo, infelizmente as obras foram paralisadas porque a empreiteira faliu, está sendo realizada uma nova licitação. E o terceiro está com dificuldades por causa da falta de repasses do Governo Federal para continuação das obras que são tão importantes para nossa comunidade. Então, temos que cobrar. Penso que a Câmara colaboraria bastante, juntamente com Administração Municipal na cobrança de uma posição do Governo Federal, em relação a esses repasses para as empreiteiras retomarem suas obras. Lá tem uma nova Barra do Garças para funcionar. São 1.400 casas que estão sendo construídas, portanto a expectativa é que logo essas obras sejam concluídas e nós podemos ajudar cobrando o repasse desses recursos. Em seguida, o Vereador Dr. João Rodrigues de Souza se declara dizendo. O que me traz nessa noite ao Plenário é registrar uma grande perda para o nosso município, eu já fiz aqui algumas vezes ressalvas, mas fomos surpreendidos no final de semana com uma convocação feita pelo Tribunal de Justiça para que o Dr. Bruno, Juiz da 1ª Vara Criminal e Diretor do Fórum local, se deslocasse e passasse a atuar em Cuiabá como Adjunto Assessor do Desembargador. O Dr. Bruno, além de um magistrado de conduta ilibada e ímpar, é um grande ser humano. Pouco se divulga e das vezes que estive com ele, o mesmo dizia que não fazia questão desse tipo de divulgação, mas a Cadeia Pública de Barra do Garças é outra por causa dele. Ali tem filhos de parentes, de amigos nossos, pessoas que por alguma razão praticaram o ilícito e estão lá resgatando a sua pena. Seres humanos acima de tudo. E o Dr. Bruno como grande ser humano que era durante o período que aqui esteve nos últimos dois anos, juntou-se ao CDL, que também merece destaque e promoveram uma grande reforma na estrutura física da cadeia pública, nos alojamentos e na manutenção de uma forma em geral. Aqui não sei, se alguns dos colegas sabem, mas levaram em diante um projeto que já vinha do Dr. Otávio Affi Peixoto e atualmente, temos através de um convênio com a Univar, ex-detentos que estão terminando cursos superiores, curso de pedagogia, farmácia e outros. Cursos que para alguns deles seria inacessível. Assim sendo, quero registrar nos anais dessa Casa e dizer que para nós é uma grande perda a transferência do Dr. Bruno, faço meus votos que ele seja feliz, mas nossa cidade perdeu imensamente com o deslocamento desse magistrado. Rapidamente, o Sr. Presidente se pronuncia e diz. Lembrando, que a concessão das Águas de



10

Barra do Garças, passou nas mãos do ex-prefeito da cidade e no final de seu mandato, a promotoria aplicou uma multa de cinquenta mil reais por dia a ele, com a condição dele realizar a expansão da rede de esgoto. No entanto, o mesmo não achou que daria lucro e posteriormente houve um acordo com a promotoria e os novos detentores da concessão. No contrato realizado na legislatura passada quando foi vendida a água já se previa tais aumentos tão comentados. Portanto, esse é um fato que a Câmara não tem como intervir. Relembrando ainda que a feira de Barra do Garças desde seu início já foi construída com problemas e os mesmos foram se arrastando, foi construído um banheiro no lugar indevido, em cima de um buraco, onde as manilhas foram danificadas e assim os banheiros não funcionam. Lá não está satisfatório para ninguém, nem para os feirantes, muito menos para os frequentadores. Acho que quando conseguirmos liberação de verba para uma verdadeira reforma da feira e assim quebrar aquele piso se revelará um enorme buraco debaixo dele porque ali na época foi aterrado com lixo de Barra do Garças. Logo, desde que foi construída nunca ficou perfeita, no início quando chovia vazava água. Conversei com o Sr. Vilmondes Tomain para ele cadastrar no Sicoob e assim, tentarmos uma verba em Brasília para construção de uma verdadeira feira. Desta maneira, esse governo atual está trabalhando mesmo com a crise e até hoje, desde janeiro, Cuiabá não repassou um centavo para saúde e é com dinheiro próprio que se está realizando essa saúde de qualidade em nosso município. Exemplo, foi o testemunho do Dr. Paulo Raye sobre a Policlínica dos bairros Santo Antônio e São José, temos que colocar também para funcionar a Policlínica do bairro São Sebastião para evitar sobrecargas em uma só. Para isso, é preciso que o governo do Estado cumpra com sua parte. Representantes do governo vieram aqui, falaram bonito, assinaram documentos, mas onde está o dinheiro que prometeram repassar que seria um milhão por mês para ajudar na saúde de Barra do Garças? Deixo claro que esse repasse não está acontecendo e sem dinheiro prefeito nenhum é elogiado. Tem que ter dinheiro para poder mudar a estrutura de uma cidade. Dando continuidade a Sessão o Sr. Presidente iniciou a Ordem do dia e o 1º Secretário efetuou a leitura dos seguintes Projetos: Projeto de Lei Complementar nº 006/2016, de 02 de maio de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências". (Mudanças na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Turismo). Depois de lido, foi encaminhado às Comissões de Constituição,



Justiça e Redação e Economia e Finanças; Projeto de Lei Complementar nº 005/2016, de 26 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Revoga o inciso V, do Artigo 80, da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997, e dá outras providências". (Relacionado à isenção de ISQN às empresas prestadoras de serviços de saúde particulares no tratamento de pacientes do SUS no âmbito do município). Lido, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei nº 020/2016, de 26 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a revogação da lei que menciona e dá outras providências." (Fica revogada em todos os seus termos e efeitos administrativos a Lei 3.278 de 15 de março de 2012). Lido, foi direcionado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei nº 021/2016, de 28 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Autoriza a doação de uma área de 5.195,75 m² a União." (O imóvel referido destina-se a construção de sede própria da Sub Seção Judiciária da Justiça Federal em Barra do Garças). Lido, foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças; Projeto de Lei nº 019/2016, de 26 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências." (Contratação de um engenheiro civil para Secretaria Municipal de Obras). Lido, foi encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Economia e Finanças; Emenda Modificativa nº 001/2016, de 29 de abril de 2016, de autoria do Vereador João Rodrigues de Sousa-PDT, "Ao Projeto de Lei nº 015, de 08 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal". Lido, foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça; Projeto de Resolução nº 014/2016, de 29 de abril de 2016, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que "Dispõe sobre devolução de equipamento da Câmara Municipal". (Devolução de um Aparelho de Ar Condicionado para Prefeitura Municipal). Depois de lido, foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Projeto de Lei nº 017/2016, de 27 de abril de 2016, de autoria do Vereador Weliton Andrade da Silva-PDT, que "Estabelece espaço para realização de eventos de som automotivo". (O espaço referido é a Arena Salomé José Rodrigues). Depois de lido, foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Nesse momento, o Sr. Presidente dessa Casa informou que a Audiência Pública sobre a LDO, será no dia 16/05, as 16:30h. Serão duas audiências e essa será a primeira e que após a audiência todos os vereadores participarão das reuniões das comissões e ainda da Sessão Ordinária no mesmo dia. Posteriormente, o Sr.



Presidente pergunta aos nobres colegas o que ficou resolvido sobre a Comissão que irá discutir a respeito dos bares de nossa cidade, pois é preciso indicar três ou mais pessoas. E acrescenta que através da presidência dessa comissão a Câmara emitirá os convites para todos os donos de bares do município, para participação da audiência para discussão sobre o funcionamento desses estabelecimentos. Nesse momento, o Vereador João Rodrigues de Souza pergunta. "Excelência, a ideia nessa audiência pública é discutir vários temas, entre eles a questão do horário de funcionamento"? O Sr. Presidente responde dizendo. É horário e tudo o que os donos desses estabelecimentos usam para o funcionamento do seu bar e é de suma importância essa discussão, pois daremos direção a prefeitura para que a mesma possa realizar a regulamentação do funcionamento dessas empresas em nossa cidade que inclusive, é turística. Seguidamente, o Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto se manifesta. "Peço que para não fique algo do tamanho do mundo, pois não se consegue resolver tudo, é preciso definir alguns temas básicos dessa discussão, até porque nós temos Código de Postura que define várias questões, como horário de funcionamento, mesas em calçadas e outros. Já vivemos uma situação dessas, com definições da Promotoria Pública que gerou muitos problemas. Porque quem pagou o "pato" no primeiro momento foram os pequenos, os grandes deram um jeito de construir um calçamento e continuaram com as mesas do lado de fora. Por que o que entra na ordem do dia, provavelmente a reclamação maior está ligada ao som alto, até que horas vai permanecer ligado, como vai ficar ligado, que horas irá fechar, que horas vai abrir entre outros. São questões que devemos limitar no máximo a cinco temas porque senão não consegue caminhar a discussão de maneira satisfatória. É claro, que a comissão que for nomeada aqui, se dispuser a fazer isso tem que definir tematicamente como vai trabalhar, levando em consideração o que já tem, que é o Código de Postura que define como tudo funciona". O Vereador Miguel Moreira da Silva, novamente explica que nessa noite terá a nomeação da comissão para discutir com o Plano Diretor e a Secretaria de Finanças e o jurídico da Câmara Municipal para direcionar as normativas. O Vereador Ronaldo Couto se manifesta e diz. Achei interessante a fala do Vereador porque é baseado no que disse o Sr. João Vieira agora a pouco. A ressalva que veio do Ministério Público é com relação a situação em frente ao Estádio Zeca Costa. Então, o Sr. Presidente diz. A lei ela não é específica só para o estádio é para todos. Quando se determinar a normativa vale para a cidade toda. Por isso, iremos nomear essa comissão porque a Câmara Municipal tem o poder e é



legítimo para resolver essa questão. Se a população pode estar presente aqui nessa Casa opinando e dando suas ideias vamos em frente. O Vereador Ronaldo volta em sua fala. "A minha preocupação aqui é o seguinte, se formos estender esse assunto para todos os bares e similares de Barra do Garças, lotará essa Câmara e de repente, criaremos problemas futuros. O que diz na ressalva, é que no estádio deve ser organizada a entrada dos torcedores. Talvez seja mais fácil resolver a situação se a Câmara se reunir junto com o pessoal que atua ali no estádio para conversar sobre a possibilidade de liberar um pouco mais do calçamento para as pessoas passarem porque foram reclamações de alguns indivíduos no Ministério Público que não conseguiam nem passar para comprar um ingresso e entrar no estádio. Então, isso é fácil de ser resolvido. Se resume apenas ali em frente ao estádio, mas se Câmara achar por bem expandir esse assunto para a cidade inteira nós iremos precisar de vários dias para as discussões. O Sr. Presidente Miguel Moreira da Silva declara que isso irá depender da comissão, depois de nomeada, ela que irá saber o que fazer. A Mesa da Câmara colocará a disposição os instrumentos que necessitarão para os trabalhos dessa comissão, como automóvel, motocicleta, a assessoria jurídica e outros. O Dr. Joãozinho acrescenta que o Vereador Valdemir Benedito Barbosa deveria compor essa comissão e diz ainda. Esse aspecto tem um viés muito importante que é a questão da segurança pública. Continuando o Vereador Dr. Paulo Raye também defere sua opinião. "Acho que a primeira coisa que devemos fazer é definir o que é bares e similares aqui em nossa cidade e para quem estamos nos dirigindo. Para posteriormente elaborar uma lei. Devemos saber quem será beneficiado ou prejudicado, isso deve ser estudado antes de realizar uma audiência pública. Deixar bem claro quem será atingido, aquele que trabalha em calçada ou o que trabalha em ambiente próprio, pois esses últimos que pagam aluguel e estão dentro da lei, pelo fato de ser bar, não podemos criar normativas para eles não. O Sr. Presidente reafirma que é para isso que a Mesa da Câmara está reivindicando três nomes ou mais para compor essa comissão e pergunta se o Vereador Comandante Barbosa aceitou a sugestão de seu colega feita anteriormente. Então, o mesmo declara que como diz respeito à área de segurança não deixaria de participar. E acrescenta que na questão do horário de funcionamento de bares, Barra do Garças é uma cidade turística e pela experiência e pesquisa que a polícia militar e civil fizeram, as mortes que ocorrem em nossa cidade não são em decorrência do horário de fechamento de bares, é bom que se diga isso. Mas, em relação à parte de segurança estou pronto a participar. Isto posto, o Sr. Presidente afirma que a

13



comissão para discussão das normativas para bares e similares da cidade ficará composta pelos Vereadores Valdemir Benedito Barbosa, João Rodrigues de Souza e Ronaldo Couto. Diante disso, será feita a portaria para definir o Vereador Coronel Barbosa como presidente, o Vereador Dr. João como relator e o Vereador Ronaldo Couto como membro. Ainda lembra, que os outros vereadores que não estão na comissão são livres para participar das discussões em todas as audiências públicas que acontecerem. Continuando os trabalhos colocou-se em discussão o parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Economia e Finanças, ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2016, de 02 de maio de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências". O Sr. Presidente acrescenta que o referido projeto chegou a essa Casa em caráter de urgência e pede autorização ao Plenário para ser votado na noite de hoje, o qual, por unanimidade de votos foi permitida. Após votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade de votos. No mérito do projeto o Vereador Kiko diz. Esse é o projeto que na minha fala e na leitura eu já fiz uma explicação, quero retomar para novamente, chamar a atenção sobre vários projetos que acabam voltando a essa Casa de Leis por desatenção nossa também. Temos observado muitos projetos voltando para cá para serem retificados, tendo em vista pequenos problemas na organização. Então, o lapso foi, colocaram duas funções para a mesma situação. O Sr. Presidente nesse momento, explica que o Vereador Kiko fez uma ótima explanação sobre esse projeto e acha que no instante em que erramos, devemos voltar e consertar o erro. Persistir no erro é inaceitável. Percebendo que estamos errados, vamos consertar. Após debate, o referido projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Na sequência, o Sr. Presidente colocou em discussão os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Economia e Finanças, ao Projeto de Lei nº 010/2016, de 14 de março de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre permissão real de uso de bens imóveis municipais". Após votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade de votos. No mérito do Projeto nº 010/16, o Vereador Dr. João Rodrigues de Souza afirma. "Esse projeto nós já tivemos oportunidade de falar sobre ele nas nossas reuniões das comissões e é o projeto que visa doar uma área onde se localiza uma farinheira na entrada da cidade. É aquele, o qual, supostamente na administração passada fez-se uma permuta. Porém, houve a existência de um decreto legislativo que veio para essa Casa autorizando

34



receber uma doação. O proprietário teria feito uma permuta com o ex-prefeito, mas infelizmente não se documentou essa ação e agora nesse instante o projeto originário era de doação, mas hoje é uma concessão de direito de uso. Eu estudei bastante esse tema porque a verdade é que se legal fosse eu gostaria de fazer a doação, seria justo que se fizesse porque havia uma tratativa. É aquela história, o homem público não tem a liberdade de decidir, conforme a convicção dele, ele tem que fazer de acordo com a lei. Lamentavelmente, a nossa Lei Orgânica não prescinde, ela não dispensa da licitação mesmo naquelas situações de doação de uso. Seria um equívoco nosso pensar nesse sentido. Então, embora talvez fosse justo fazer a doação do título, nós estamos impedidos por lei, sem contar que estamos em um ano eleitoral, no qual a lei veda. Não é a doação de imóveis não, é a concessão de privilégios. Na lei diz, "é vedada a concessão de qualquer privilégio". Por conta disso, o meu voto é contrário à aprovação do processo, até para que possamos evitar problemas que inclusive, temos de monte. Ainda nesse tempo, o Vereador Ronaldo Couto acrescenta que esse tema se encontra na mesma situação na questão dos Poderes Executivo e Legislativo quando recentemente, foram advertidos pelas doações de lotes para o Distrito Industrial. Na qual, citou-se que esses lotes estariam sujos, abandonados e com propostas iniciais de se instalarem cinquenta novas empresas nos mesmos. E os senhores com a maior boa vontade votaram a favor e agora estão sendo processados porque na época tiveram a ideia da construção do Distrito Industrial. É importante repassar ao senhor beneficiário dessa doação que ele está sendo prejudicado não é porque os vereadores não querem lhe dar o título definitivo, mas porque houve esse impedimento por parte do Ministério Público. E estamos sujeitos a cometer o mesmo erro novamente. Em relação ao Ministério Público eu discordo deles porque se for observar, em muitas cidades ainda existe o trabalho para atrair empreendimentos doando terras e dando condições para novos investimentos, mas aqui em Barra do Garças essa ação está sendo proibida e assim prejudicando novos investimentos. O Vereador Dr. Paulo Raye discorda dizendo. Eu acho que isso não tem nada haver com o Distrito Industrial, aquilo foi uma doação, na qual a Câmara tinha legitimidade para realizar. Estamos lutando na justiça por sermos legítimos naquele caso, não agimos errado. Tentamos criar o Distrito Industrial que era nossa obrigação e nesse caso é um direito que o cidadão tem de requerer a titularidade. Nós não estamos fazendo doação para ele, ninguém está fazendo gracinhas. Isso é lei e ele tem o direito de receber a titularidade dessa área. Cito um caso, como exemplo, o do Sr. Esteves

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several others at the bottom right.]*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom left of the page.]*



perto de onde estou construindo. Lá existia uma área que a prefeitura desapropriou na legislatura do Sr. Wilmar e que foi desapropriada, mas não escriturada, no entanto existe o documento da desapropriação na prefeitura. E um indivíduo de má fé vendeu novamente a área depois de desapropriada para o Sr. Francisco Esteves que hoje, é o portador do título de propriedade da área, sendo que anteriormente, há um documento de desocupação. Isto sim é um imbróglio. Então, digo que ninguém errou no caso da doação dos lotes do Distrito Industrial. Novamente, o Vereador Dr. João Rodrigues de Souza diz, se voltasse hoje para doar os cinquenta e um lotes eu votaria tranquilamente porque tenho minha consciência tranquila que todos nós que aqui estávamos o fizemos na melhor das intenções, inclusive agora com o país na recessão, mais ainda nós sentiremos falta dos postos de trabalho que deixaram de ser criados. Dr. Paulo Raye reafirma que ainda bem que foi o Vereador Ronaldo Couto que falou aquilo e não nós vereadores porque o fato de falarmos nós erramos, seria assumirmos uma culpa. Nós não erramos, quem falou foi o Ronaldo que não era vereador na época. O Vereador Ronaldo Couto faz uma observação e diz que o que ele disse foi de acordo com a visão do promotor, na qual, foi dito que a Câmara Municipal teria errado e no final eu disse que vocês fizeram o certo. Se for realizada uma pesquisa em outros locais percebe-se que todas as cidades ajudam a abrir novos empreendimentos. Agora, foi o Sr. Promotor que acabou levando toda a Câmara e o prefeito a serem processados, ele entende que não deveria fazer isso. Apenas queria fazer essa correção e gostaria que fizesse na Ata também. Não estou dizendo que a Câmara errou, mas que o promotor disse que essa Casa teria errado naquela ocasião. O Vereador José Maria Alves Filho declara que seu voto será desfavorável a esse projeto porque se votarmos favorável estaria já assinando um título de propriedade definitiva, portanto se o indivíduo já esperou até hoje, espera a próxima legislatura. Meu voto é contrário. Nesse instante, o Sr. Presidente diz. Vamos lembrar que no governo passado o Sr. Silvério doou uma área de terra para a prefeitura a fim de instalar o lixão de nossa cidade. A prefeitura se apossou dessa área e a cidade inteira usufrui, pois o lixo de todas as casas vai para lá. O que está sendo proposto nesse projeto é escriturar essa área, pois o mesmo já tomou posse do que é dele onde está a farinheira e a Câmara nesse projeto irá autorizar a emitir o título definitivo de propriedade de um negócio que foi realizado por outro prefeito. Portanto, esse cidadão realizou um negócio de boa fé e a Câmara ao votar está o fazendo também de boa fé. Quando cada colega foi processado pelo Ministério Público, a Constituição Federal foi "rasgada" para atingir esse legislativo

16

João Rodrigues de Souza

Paulo Raye

João Maria Alves Filho

Ronaldo Couto

Francisco Esteves

Presidente

Secretário

Relator



porque ao meu entender de vinte anos que estou aqui dentro a promotoria poderia sim, entrar com a institucionalidade da lei para mostrar que a lei estava errada e não tinha valor. Mas a promotoria quis intimidar a cada vereador desta Casa. Portanto, peço os votos de todos os colegas sem medo de errar porque estamos sendo honestos na condução dos nossos trabalhos. No mesmo instante o Dr. Paulo Raye solicita uma questão de ordem para perguntar se o projeto não for aprovado o que o indivíduo irá fazer para conseguir seu título e ainda, ele irá pegar sua terra de volta com todo o lixo que lá está? O Dr. Joãozinho responde que a área em questão não é onde está o lixão, é uma área que foi doada pelo Sr. Silvério para a construção do presídio, mas que de acordo com estudos ela é imprópria para essa construção. E mais uma vez no uso da palavra, o Sr. Presidente informa que o Sr. Silvério irá entrar com um mandato de segurança para resolver essa questão na justiça. Após discussão, o Projeto de Lei nº 010/2016 foi votado e rejeitado, com três votos favoráveis, quatro votos contrários e seis votos em abstenção. Em seguida, colocou-se em votação o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Emenda Modificativa nº 001/2016, de 25 de abril de 2016, de autoria do Vereador João Rodrigues de Souza-PSB, "Ao Projeto de Lei nº 017, de 18 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal", que foi aprovado por unanimidade de votos. No mérito da Emenda, o Dr. João Rodrigues de Souza explica dizendo. Esse projeto é um pedido de autorização feito pelo município para que se contrate a equipe para realizar o trabalho de tapa buracos. Gostaria de lembrar que anteriormente, já votamos a autorização de outra equipe. Essa emenda de minha autoria se justifica, pois de hoje até o mês de outubro, no qual, se inicia o período chuvoso a contratação se mostra útil, mas o que não concordo é que essa contratação se estenda até o mês de dezembro porque todos os anos dizem que não dá para tampar os buracos porque está chovendo. Então, não existe nenhuma justificativa para que a contratação se prolongue até o mês de dezembro. O dinheiro público tem que ser gasto com eficiência. Se nós já temos duas turmas contratadas, vamos autorizar contratar mais nove? Isso tem um custo mensal para o município, em torno de dez mil reais entre salários e contribuições que no total seria um gasto de trinta mil reais. Desnecessário porque se saísse de nossos bolsos diríamos não. Administrar é gastar com eficiência, nós estamos em tempo de dificuldades e de crise, não há porque autorizar uma despesa quando ela é eminentemente desnecessária. Contrata-se por cento e vinte dias que é a proposta da emenda e quando se inicia o período chuvoso fica a mesma turma que normalmente já trabalhava. Por isso,



apresentei essa emenda dizendo que ainda que eu concorde com a contratação, reafirmo que não seja até trinta e um de dezembro, mas até aproximadamente o mês de setembro. O Vereador Kiko diz novamente que igualmente semana passada, na qual, declarei que não votaria no projeto, tendo em vista que na mesma época no ano de 2013 quem fez esse serviço foram os próprios trabalhadores da prefeitura de Barra do Garças, não houve uma contratação sequer para realizar os serviços de tapa buracos, irei manter o mesmo raciocínio de 2013, não votarei nem na emenda por uma questão básica de ter a clareza do que foi feito antes e o que está sendo feito agora. Na mesma questão, o Vereador Dr. Neto diz. Liguei para o Sr. Jairo Marques ao saber nas nossas reuniões que o colega Dr. Joãozinho iria propor essa emenda, e o mesmo me disse que precisa desses servidores. Primeiro, estamos contratando nove, mais três da prefeitura, dois aposentaram agora e um está afastado pelo INSS, então sobraram seis. E esses servidores não serão somente para os serviços de tapa buracos, mas também para recapagem do asfalto de nossa cidade e para as demandas na época das chuvas. Voto contra a emenda do Vereador Dr. Joãozinho. Nesse momento, o Sr. Presidente pede aos colegas para votarem contra essa emenda para darmos a oportunidade do nosso Prefeito continuar seus trabalhos. Cita ainda, que existe um trator que não está sendo utilizado na Secretaria de Obras por falta de operador para a limpeza de canteiros, lotes baldios e outros. Esse servidor que está sendo contratado é para limpar as galerias, canaletas e auxiliar nos serviços tapa buracos. A prefeitura está com a equipe parada. Com o maquinário que foi comprado está dando para formar duas equipes para trabalharem. O nosso município é grande todos sabem e, portanto peço a nossa bancada que votem contra essa emenda. No mesmo minuto, o Vereador Celson declara seu voto. "Tenho uma visão diferente em relação a esses serviços de tapa buracos. No período chuvoso é que temos ter uma atenção especial nos buracos das ruas de nossa cidade, portanto voto favorável para retirada da emenda porque acredito que essas contratações devem ser autorizadas". Após debate, a rejeição da Emenda Modificativa nº 001/2016, de 25 de abril de 2016, foi aprovada, com abstenção dos Vereadores Kiko e José Maria e voto favorável do autor da emenda Vereador João Rodrigues de Souza. Nessa hora, o 1º Secretário diz que sua declaração de voto foi para manter o raciocínio, não sou a favor da emenda e nem da contratação. Voto no principal ponto do projeto que é contra a contratação. Seguidamente os pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças e Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente do



Projeto de Lei nº 017/2016, de 18 de abril de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências", foram votados e aprovados por unanimidade. No mérito do Projeto, o Vereador Dr. João Rodrigues declara que defende uma linha que vem dizendo há muito tempo que diariamente ou semanalmente ele é abordado por servidores de carreira do município que estão há dez, quinze, vinte anos prestando serviços e dizem ter direito a progressões funcionais. Esses servidores estão com seus salários achatados, sendo-lhes negado um direito legal sob o argumento de que a prefeitura não tem dinheiro para essas correções. Esses mesmos servidores são a cara do município. Por isso, se não tivermos responsabilidade com a gestão, essas economias de, por exemplo, trinta mil ou cinquenta mil ao longo de um ano, não irá resolver o achatamento dos salários desses servidores. Voto contrário ao projeto. Depois da discussão, o Projeto de Lei nº 017/2016, de 18 de abril de 2016 foi aprovado com três votos contrários. Continuando, foi colocada em votação o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Barra do Garças nº 001/2016, de 29 de abril de 2016, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal, que "Consolida em um único texto normativo as Emendas a Lei Orgânica de Barra do Garças até a presente data". 1º Turno. Antes, o Sr. Presidente explicou que após essa emenda ser aprovada irá levá-la ao Senador Wellington Fagundes em Brasília-DF, para que o mesmo possa solicitar a impressão de mais ou menos dez mil cópias da nossa Lei Orgânica para serem distribuídas nas escolas municipais e estaduais que sempre solicitam esse documento a nossa Casa de Leis. Após explicação, o parecer favorável foi aprovado por unanimidade de votos, assim como a Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Barra do Garças nº 001/2016, de 29 de abril de 2016. No mesmo minuto, colocou-se em votação o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação relacionado ao Projeto de Resolução nº 011/2016, de 08 de abril de 2016, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal, que "Outorga Título de Cidadania Barragarcense". Que após votação foi aprovado por unanimidade de votos. O Vereador Miguel Moreira da Silva destaca que esse título irá homenagear as funcionárias mais antigas dessa Casa de Leis que estão a mais ou menos trinta anos exercendo suas funções. No mérito, o Vereador Kiko diz que em uma entrega de títulos aqui há anos atrás disse que é muito importante dar essas honrarias a pessoas que representam algo muito simples que é o trabalho nessa Câmara, portanto



estamos valorizando os funcionários dessa Casa que trabalham a vinte ou trinta anos e têm um papel importantíssimo em ajudar todos nós que estamos aqui para fazer um trabalho decente. Até porque não tem quem conheça mais das leis, das normas e funcionamento dessa Casa que os nossos funcionários, muito mais do que qualquer um de nós. Tudo que precisamos e buscamos tem a pessoa que irá dizer, isso que está procurando está naquele lugar. A ideia de dar o título as nossas meninas que tem vários anos de casa é algo muito bonito e interessante. E mais do que nunca, esses funcionários conhecem essa Casa na palma da mão muito mais do que nós vereadores e por isso é um título muito digno que vale a pena mais do que qualquer título que qualquer um de nós dê a alguns figurões que nunca aparecem aqui e nem vão fazer nada por Barra do Garças de fato e de direito. Esse é um título que entrego as ganhadoras com muita emoção e carinho, pois é gente que nos ajuda a construir nosso município. O Sr. Presidente também se declara dizendo que tem uma história com esses funcionários. Lembra que a Sra. Anisvaldira que já se aposentou era uma funcionária que cuidou toda sua vida do arquivo da Câmara Municipal, a Sra. Elci que também se aposentou, redigia todas as atas e em todas as sessões as mesmas estavam prontas para serem assinadas. Acrescenta que o correto dessas atas é ela ser elaborada em tempo real, terminou a sessão imprimiu no computador, o vereador assina do mesmo jeito que falou na Tribuna. Comenta também sobre a funcionária Sra. Tânia Maria Martins do Prado que quando o mesmo foi Presidente pela primeira vez, ela não ocupava o cargo que hoje, ocupa, mas fui eu que tive a honra de nomeá-la nesse cargo e até hoje continua. As Sras. Cilma, Janete, Cidinha também possuem vários anos de casa. Enfim, a Câmara de Barra do Garças é bem servida, tanto os vereadores quanto o público, pois os funcionários são preparados. São merecedoras dessa honraria. Depois da discussão, o Projeto de Resolução nº 011/2016, de 08 de abril de 2016 foi aprovado por unanimidade de votos. Prosseguindo, colocou em votação os pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Economia e Finanças concernente ao Projeto de Lei nº 014/2016, de 15 de abril de 2016, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que "Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial relativo à Lei nº 3.707/2015", que foram aprovados por unanimidade de votos, assim como o referido projeto. Ainda, apresentaram-se os Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social referente ao Projeto de Lei nº 015/2016, de 18 de abril de 2016, de autoria do Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto-PT, que "Estabelece princípios para a política municipal de

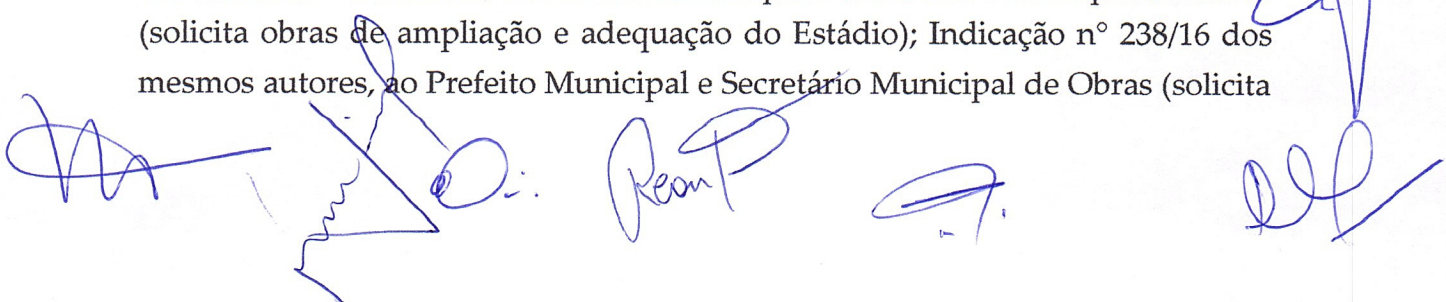


21

proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e dá outras providências”, que após votação foi aprovado por unanimidade votos. No mérito do Projeto, o Vereador Kiko explica que em nossa cidade existe um grupo chamado Mundo Azul, dirigido pela Dra. Miriam Lacerda que realiza um trabalho de atendimento aos autistas e está apresentando uma lei para que Barra do Garças estabeleça uma política pública de atendimento a esses indivíduos especiais. Definido em lei, como fazer ou não fazer, se associar as pessoas que já possuem experiência nessa área e outros, pois essas crianças vivem em um mundo a parte e é muito difícil diagnosticar os problemas, dificuldades, o cotidiano e o dia a dia do pai e da mãe. Porque diferentemente de outras deficiências, essa muitas vezes não consegue ser percebida de maneira satisfatória e os pais sofrem muito, pois os sintomas não são tão claros. Espero que esse projeto seja aprovado e sancionado. Venho apresentando vários projetos que fogem um pouco do nosso cotidiano e atendem algumas demandas próprias das situações que são profundamente humanas, de sentimentos, de relacionamentos e que envolvem crianças, alunos, jovens, adultos e outros. Nesse segundo, o Vereador Ronaldo Couto elogia o projeto do Vereador Kiko e diz que passa por essa situação em casa com um sobrinho que é autista e sua irmã também participa do Grupo Mundo Azul e diz que é uma situação interessante e requer uma política pública, pois o autismo possui vários graus, por exemplo, o maior jogador do mundo Lionel Messi é autista. E ser autista não quer dizer que a pessoa seja incompetente e não possa ter uma vida digna trabalhando como outra qualquer. O Sr. 1º Secretário acrescenta que a política não impõe nada, ela destaca, estabelece princípios para a política municipal dos direitos dos autistas e evidentemente o Poder Público tem que normatizar, garantir e dar condições para que as coisas aconteçam. Lei pela lei não resolve nada, o que resolve é a implementação e a garantia de que ela vai ser estabelecida. Após explanação, o Projeto de Lei nº 015/2016, de 18 de abril de 2016 foi aprovado por unanimidade de votos. Nesse instante, o Sr. Presidente solicita que o Vice Presidente da Mesa Sr. Geralmino Alves Rodrigues Neto assuma as deliberações. Prosseguindo os trabalhos, o 1º Secretário Vereador Kiko iniciou a leitura das Indicações, Moções e Requerimentos. Indicação nº 217/16 do Vereador Valdei Leite Guimarães-PSB, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Obras (solicita construção de calçadas); Indicação nº 218/16 do Vereador Dr. Geralmino Alves Rodrigues Neto-PSB, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Urbanismo (solicita implementação de ATI); Indicação nº 219/16 do Vereador Dr. Paulo César Raye

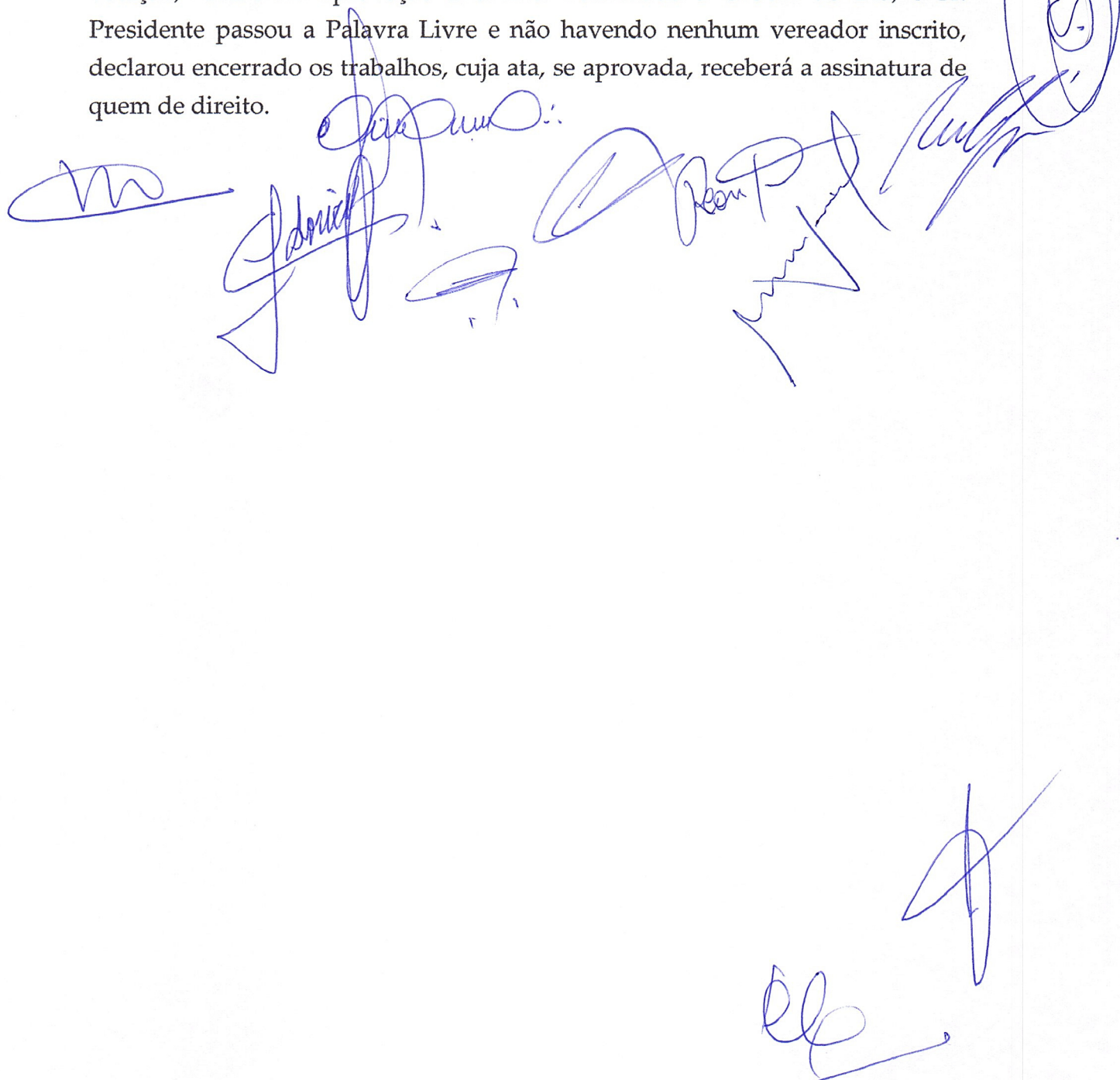


de Aguiar-PMDB, ao Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Assistência Social (solicita contratação de equipe de segurança ou apoio da polícia militar); Indicação nº 220/16 do Vereador Celson José da Silva Sousa-PV, ao Prefeito de Barra do Garças e Secretário Municipal de Urbanismo (solicita colocação de um container nas dependências do Pronto Socorro Municipal); Indicação nº 221/16, do mesmo autor, ao Prefeito de Barra do Garças e Secretário Municipal de Urbanismo (solicita colocação de um container na rua Joel Boris); Indicação nº 222/16 do Vereador Weliton Andrade da Silva-PDT, ao Prefeito de Barra do Garças e Secretário de Obras (solicita serviços de patrolamento em estrada vicinal); Indicação nº 226/16 do Vereador Valdemir Benedito Barbosa, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Urbanismo (solicita implantação de ATI no Distrito Indianópolis); Indicação nº 227/16 do mesmo autor, ao Prefeito Municipal (solicita correção dos coeficientes nos vencimentos de servidores da educação); Indicação nº 228/16 do Vereador João José dos Santos Filho-PMDB, ao Prefeito Municipal e Coordenador Municipal de Obras (solicita colocação de redutor de velocidade); Indicação nº 229/16 do Vereador Celson José da Silva Sousa-PV, ao Prefeito de Barra do Garças, Secretaria Municipal de Saúde (solicita contratação de um médico dermatologista); Indicação nº 230/16 do Vereador Dr. Geralmino Alves Rodrigues Neto-PSB e outro, ao Prefeito Municipal (solicita criar na cidade a Defesa Civil); Indicação nº 231/16 do Vereador Weliton Andrade da Silva-PMDB, ao Prefeito de Barra do Garças, Secretário de Obras e Coordenador de Obras (solicita abertura de ruas); Indicação nº 232/16 do Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto-PT, ao Prefeito de Barra do Garças e Secretaria de Obras (solicita seja arrumada a estrada que dá acesso a Aldeia São Gabriel); Indicação nº 233/16 do mesmo autor, ao Prefeito de Barra do Garças, Secretaria de Obras e Secretaria de Finanças (solicita compra de barracão que serviu de depósito de material no Bairro Nova Barra do Garças); Indicação nº 234/16 do mesmo vereador, ao Prefeito de Barra do Garças, Secretaria de Obras e Coordenadoria de Trânsito (solicita redutores de velocidade na Av. Presidente Vargas); Indicação nº 235/16 do mesmo autor, ao Prefeito de Barra do Garças e a Secretaria de Obras (solicita recapeamento de 300m na rua Francisco de Souza); Indicação nº 236/16 dos Vereadores Miguel Moreira da Silva-PSB e Dr. Paulo Sérgio da Silva-PP, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Obras (solicita reforma de ponte); Indicação nº 237/16 dos mesmos Vereadores, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Obras (solicita obras de ampliação e adequação do Estádio); Indicação nº 238/16 dos mesmos autores, ao Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Obras (solicita





abertura do final da rua Gavião); Moção de Congratulações nº 036/16, do Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto-PT, aos Vereadores e Servidores desta Casa de Leis pela sua data natalícia; Moção de Aplausos nº 037/16, do Vereador Ronaldo de Almeida Couto-PMDB, à equipe de profissionais que atuam na Unidade de Terapia Intensiva-UTI, do Hospital Municipal; Moção de Pesar nº 038/16, do mesmo Vereador, aos familiares do Sr. Pastor José Aparecido Fonseca; Requerimento nº 030/16, do Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto-PT, ao Prefeito de Barra do Garças e da Secretaria Municipal de Saúde (respostas a questionamentos). Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão todas as proposições, Indicações, Moções e Requerimentos que após votação, receberam aprovação unânime. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou a Palavra Livre e não havendo nenhum vereador inscrito, declarou encerrado os trabalhos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.

The block contains several handwritten signatures in blue ink. On the right side, there is a large, complex signature that appears to be a stylized 'S' or 'E' with loops. Below it, there are several other signatures, some of which are more legible, such as 'Odorico' and 'Ronaldo'. At the bottom right, there are two more distinct signatures, one of which looks like a stylized 'L' or 'E'.